

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA: UM OLHAR PARA O PROGRAMA “CONTA PRA MIM – GUIA DE LITERACIA FAMILIAR”

READING PUBLIC POLICIES: A LOOK AT THE "CONTA PRA MIM – GUIA DE LITERACIA FAMILIAR" PROGRAM

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LECTURA: UNA MIRADA AL PROGRAMA "CONTA PRA MIM – GUÍA DE ALFABETIZACIÓN FAMILIAR"

Ilsa do Carmo Vieira Goulart¹
Maria das Dores Soares Maziero²
Giovanna Rodrigues Cabral³

Resumo: Com a implementação da Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, administrada pelo Ministério da Educação através da Secretaria de Alfabetização (Sealf), entende-se que é por meio do trabalho colaborativo entre famílias, professores, escolas, redes de ensino e poder público que se pode elevar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo em todo o território brasileiro. A partir de regulamentação, foram instituídas ações do programa “Conta pra Mim”, com a disponibilização de um guia para as famílias e uma série de vídeos, com orientações e sugestões de estratégias de “Literacia Familiar”. Diante disso, este texto tem por objetivo problematizar as orientações de leitura do “Guia de Literacia Familiar” disponibilizado para as famílias, de modo a refletir sobre o que programa compreende por literacia e qual concepção de estratégias de leitura pode ser evidenciada. As discussões priorizam as instruções direcionadas à “interação verbal”, “leitura dialogada” e “narração de histórias”, apontando fragilidade conceitual em relação à leitura e alfabetização e desconsideração das condições socioeconômicas do público a que se destina.

Palavras-chave: Programas de leitura; literacia; Plano Nacional de Alfabetização.

Abstract: With the implementation of the National Literacy Policy (PNA), instituted by Decree nº 9,765 of April 11, 2019, administered by the Ministry of Education through the Literacy Secretariat (Sealf), it is understood that it is through collaborative work among families, teachers, schools, educational networks and public authorities that the quality of literacy can be raised and illiteracy can be tackled throughout Brazil. From regulation, actions of the "Conta pra mim" program were instituted, with the availability of a Guide for families and a series of videos, with guidelines and suggestions for strategies of "Family Literacy". Therefore, this text aims to problematize the reading guidelines of the "Family Literacy Guide" available to families, in order to reflect on what program comprises literacy and which conception of reading strategies can be evidenced. The discussions prioritize the instructions directed to "verbal interaction", "dialogued reading" and "storytelling", pointing out conceptual fragility in relation to reading and literacy and disregard of the socioeconomic conditions of the public to which it is intended.

Keywords: Reading programs; literacy; National Literacy Plan.

Resumen: Con la implementación de la Política Nacional de Alfabetización (NaP), instituida por el Decreto nº 9.765 del 11 de abril de 2019, administrado por el Ministerio de Educación a

¹ UFLA – Universidade Federal de Lavras.

² UNIFACP – Centro Universitário de Paulínia.

³ UFLA – Universidade Federal de Lavras.

través de la Secretaría de Alfabetización (Sealf), se entiende que es a través del trabajo colaborativo entre familias, maestros, escuelas, redes educativas y autoridades públicas que puedan elevar la calidad de la alfabetización y combatir el analfabetismo en todo Brasil. A partir de la regulación, se instituyeron acciones del programa "Conta pra mim", con la disponibilidad de una guía para las familias y una serie de videos, con lineamientos y sugerencias de estrategias de "Alfabetización Familiar". Por lo tanto, este texto tiene como objetivo problematizar las pautas de lectura de la "Guía de Alfabetización Familiar" a disposición de las familias, con el fin de reflexionar sobre qué programa comprende la alfabetización y qué concepción de las estrategias de lectura se puede evidenciar. Las discusiones priorizan las instrucciones dirigidas a la "interacción verbal", la "lectura dialogada" y la "narración de historias", señalando la fragilidad conceptual en relación con la lectura y la alfabetización y el desprecio de las condiciones socioeconómicas del público al que se destina.

Palabras clave: Programas de lectura; alfabetización; Plan Nacional de Alfabetización.

Introdução

A Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, administrada pelo Ministério da Educação por intermédio da Secretaria de Alfabetização (SEALF), entendendo que é por meio do trabalho colaborativo entre famílias, professores, escolas, redes de ensino e poder público que se pode elevar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo em todo o território brasileiro, implementou as ações do programa “Conta pra Mim – Guia de literacia familiar”, pela portaria nº 421, de 23 de abril de 2020 (BRASIL, 2020), com a disponibilização de um Guia para as famílias e uma série de vídeos, com orientações e sugestões de estratégias de “Literacia Familiar”.

A implementação dessa política pública de incentivo à leitura é problemática, segundo apontam vários estudiosos da área (FRADE, 2019; MICARELLO, 2019; BUNZEN, 2019; MORAIS, 2019; MORTATTI, 2019). Sintetizando os pontos levantados por tais estudos, três aspectos podem ser considerados emblemáticos quando se trata do material disponibilizado pelo programa: a vertente teórica, que remete à concepção de literacia; a vertente literária, referente à compreensão de literatura e ao modo como as narrativas foram adaptadas para compor as obras, e a vertente política, que remete à concepção de leitura, de alfabetização, de criança e de educação assumida e defendida pelo guia do programa “Conta pra Mim – Guia de literacia familiar”.

Em 19 de setembro de 2020, a publicação digital *Quatro, cinco, um: a revista dos livros*⁴ publicou o artigo “Conta Outra”, de Rubens Valente (2021), o qual trouxe uma crítica à coleção de quarenta livros que compõem o Programa “Conta pra mim”, apresentada como carro-chefe do programa de alfabetização voltado para as famílias brasileiras, com prioridade àquelas em condição de vulnerabilidade socioeconômica, descrito no texto disponível na página do Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação.

As críticas em relação ao programa “Conta pra mim” apontam para diversos aspectos, como a adaptação dos textos, marcada por descuidos e desrespeito à condição e à autoria das narrativas, bem como em relação ao fato de as adaptações priorizarem aspectos moralizantes em detrimento dos aspectos literários e estéticos. De acordo com Ramalheite (2020, p. 159), “as obras apresentadas, em geral, são versões muito empobrecidas, simplificadas, rasteiras, insossas, monótonas de contos de fadas e lendas folclóricas. Maculam as versões ‘originais’ dos contos de fadas”.

Propiciar experiências de leitura desde os anos iniciais do ensino fundamental e educação infantil – creche e pré-escola – contribui, consideravelmente, para o processo de formação de

⁴ Disponível em: <https://www.quatrocincoum.com.br/br/busca?search=valente&page=0>, acesso em 10 jul. 2021.

leitores, visto que a criança está inserida em um espaço letrado, mantendo ações, atuações e interações com situações de leitura e escrita em diferentes espaços e contextos escolares. Segundo tal percepção, a criança é vista como um sujeito ativo, produtor de linguagem e sentidos, um interlocutor responsável pela sua aprendizagem, que sabe compreender o contexto em que vive para, conseqüentemente, modificá-lo de acordo com a sua necessidade e aprendizagem, considerando a interação do e com o professor enquanto um parceiro mais experiente.

Entretanto, as ações do programa apresentado pelo governo visando a promoção da leitura em âmbito nacional precisam ser questionadas, especialmente no que se refere ao tipo de leitura literária que se oferece para crianças brasileiras, buscando-se resposta inicialmente à seguinte indagação: o que este programa compreende por “literacia” e qual a concepção de leitura e de ações mediadoras perpassam as orientações disponibilizadas aos pais e responsáveis?

Com a pretensão de melhor refletir sobre as concepções de leitura, de ensino da literatura, de mediação literária e de formação de leitores que subsidiam o programa “Conta pra mim”, o presente texto tem por objetivo problematizar as orientações de leitura do “Guia de literacia familiar” disponibilizado para as famílias, de modo a refletir sobre o que programa compreende por literacia e qual concepção de estratégias de leitura pode ser evidenciadas.

A fim de organização da discussão proposta, o artigo divide-se em duas seções: na primeira discute-se sobre o conceito de literacia e na segunda busca-se uma descrição do programa “Conta pra mim – Guia de literacia familiar”, com foco nas estratégias de literacia: interação verbal, leitura dialogada e narração de histórias.

Literacia: refletindo sobre o conceito

Em março de 2020, a Revista Brasileira de Alfabetização publicou o Dossiê “Política nacional de alfabetização em foco: olhares de professores e pesquisadores”, organizado por Frade e Monteiro (2020). Este Dossiê é composto por 23 textos, nos quais se discute sobre a PNA, visto que “repercutiu e vem repercutindo no pensamento educacional brasileiro e o ano de 2019 foi marcado por um conjunto de manifestos, cartas, reações e indagações sobre a política que pretende orientar as ações de ensino nas escolas públicas e de formação de professores” (FRADE; MONTEIRO, 2020, p. 11).

O Decreto nº 9.765, de 11/04/2019, que institui a Política Nacional de Alfabetização, traz no capítulo III, no Art. 5º as diretrizes que constituem a implementação da Política Nacional de Alfabetização:

- I - priorização da alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental;
- II - incentivo a práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral e da literacia emergente na educação infantil;
- III - integração de práticas motoras, musicalização, expressão dramática e outras formas artísticas ao desenvolvimento de habilidades fundamentais para a alfabetização;
- IV - participação das famílias no processo de alfabetização por meio de ações de cooperação e integração entre famílias e comunidade escolar;
- V - estímulo aos hábitos de leitura e escrita e à apreciação literária por meio de ações que os integrem à prática cotidiana das famílias, escolas, bibliotecas e de outras instituições educacionais, com vistas à formação de uma educação literária (BRASIL, 2019c).

Seguindo os princípios da PNA, o Ministério de Educação lança o Programa “Conta pra mim” em dezembro de 2019, pela Secretaria de Alfabetização, regulamentado pela Portaria

MEC n.º 421, de 2020. O público-alvo são todas as famílias brasileiras, tendo prioridade aquelas em condição de vulnerabilidade socioeconômica.

A Portaria n.º 421/2020, que institui o “Conta pra Mim”, define-o como programa de literacia familiar do Governo Federal, cuja finalidade é “orientar, estimular e promover práticas de literacia familiar em todo o território nacional”.

O Art. 3º traz uma distinção entre:

I - literacia - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita e sua prática produtiva;

II - numeracia - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a matemática;

III - literacia familiar - conjunto de práticas e experiências relacionadas com a linguagem, a leitura e a escrita, as quais a criança vivencia com seus pais ou cuidadores;

IV - literacia emergente - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita, desenvolvidos antes da alfabetização (BRASIL, 2020).

O documento traz três definições para “literacia”, primeiro como um “conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes” em relação à leitura e escrita e suas “práticas produtivas”; segundo: “literacia familiar”, a adjetivação daria a compreensão de “conjunto de práticas e experiências relacionadas com a linguagem, a leitura e a escrita”, que acontecem nas relações construídas com familiares; terceiro: “literacia emergente”, descrito como o “conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita”, só que agora se referindo aos que antecedem o processo de alfabetização.

Pode-se depreender que “literacia” consiste no conjunto de conhecimentos, habilidades e ações referentes à leitura e escrita, entretanto, ocorrem algumas inconsistências nas descrições, como no que diz respeito, por exemplo, a quais subsídios balizariam a distinção dos conhecimentos, habilidades e ações de leitura e escrita que caracterizaram os grupos “literacia”, “literacia familiar” e “literacia emergente”.

Frente a isso, destaca-se a vertente teórica que discorre sobre a compreensão do termo “literacia”. Para Pinto (2002), *literacia* trata-se de um termo surgido em português de Portugal, que no Brasil é denominado letramento. Pinto (2002) explica que o termo literacia foi utilizado pela primeira vez em Portugal no prefácio escrito por Antônio Nóvoa⁵, em uma obra de Justino Pereira de Magalhães em 1994; para explicar a origem do termo, a autora se baseia na obra de Magda Soares publicada em 1998, dentre outros estudos sobre o tema no Brasil.

Seguindo a mesma vertente, Branco (2014), ao escrever sobre a leitura literária em contexto escolar, traz uma definição de literacia a partir de Soares (1998), para definir o termo como um conjunto de práticas socialmente construídas, que abarcam a leitura e a escrita.

Os estudos de Soares (1998) sobre a etimologia da palavra tornaram-se uma referência para os estudos posteriores, uma vez que a autora registra que a palavra *literacia* tem origem no termo de língua inglesa *literacy*, que se origina do latim *littera* (letra), que na adição do sufixo *cy*, traz a ideia de “qualidade, estado, fato de ser”, base que a autora utiliza para definir *literacy* como o “estado ou a condição que assume aquele que aprende a ler e a escrever” (SOARES, 1998, p. 17).

Para Soares (1998) o sentido da palavra “letramento” se constitui a partir de sua tradução literal do latim *littera*, “letra”, acrescido do sufixo “mento”, que significa resultado de uma ação, ou seja, letramento corresponde ao “resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e a

⁵ MAGALHÃES, J. P. Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime: um conjunto para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal. Universidade do Minho. Instituto de Educação, 1994.

escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (SOARES, 1998, p. 18).

É interessante observar que os estudos de Soares (1998) sobre o letramento auferiram visibilidade e credibilidade entre os estudiosos da área, cuja discussão temática encontra-se em ascendência pela sua complexidade na dimensão social, sendo que na atualidade passou a se falar em “letramentos”, expressão no plural, pelo reconhecimento de que se trata de um fenômeno com múltiplas e diferentes implicações. Diante disso, a primeira observação que se pode destacar em relação ao PNA trata-se do silenciamento em relação a este conceito já instituído e bastante difundido em pesquisas e estudos acadêmico-científicos em âmbito nacional e internacional, uma vez que passa a ser ignorado, apresentando-se o termo “literacia”, com a ideia de ser uma expressão nova, por meio de definições similares ao que se compreende por letramento, sem a amplitude argumentativa ou subsídios teóricos/científicos já consolidados por este último termo.

Neste sentido, Bunzen (2019) nos mostra que há um obscurecimento da expressão “letramento”, que ocorre primeiro pela diminuição de uso da palavra no documento da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), depois a ausência da palavra na Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019a), culminando com a substituição de “letramento” por “literacia”. A distorção política se mostra em relação ao ato de apresentar “literacia” como algo inovador, negligenciando mais de 25 anos de pesquisas acadêmico-científicas nacionais consolidadas sobre a temática.

“Conta pra mim – Guia de literacia familiar”⁶: que conto é esse?

O programa “Conta pra Mim” oferece 40 vídeos explicativos, materiais de leitura em áudio, arquivos em PDF com imagens coloridas e sem cor para impressão, um documento “Conta pra Mim: guia de literacia familiar (BRASIL, 2019b)”⁶. O guia, organizado em oito capítulos, traz uma nota do ex-ministro da Educação, Abraham Bragança de V. Weintraub, na qual afirma que:

As descobertas recentes nos campos da psicologia cognitiva, da pedagogia e da economia indicam com clareza o caminho a ser trilhado. Não podemos negligenciar o período que vai da gestação até os seis anos de vida de uma criança. É tempo de valorizar a primeira infância! De um lado, fortalecendo a educação infantil (creches e pré-escolas); de outro, envolvendo as famílias no processo de formação de seus filhos (BRASIL, 2019b, p. 4).

Ao discutir sobre o Programa “Conta pra mim”, Ramalhete (2020) aponta que há indícios de uma concepção em defesa da educação familiar, em um contexto de aumento de políticas neoliberais e de um ultraconservadorismo, como ação a revitalizar o direito à Educação Básica. Para a autora trata-se de uma “política pública que corrói, esmorece e minimiza o papel da escola na mediação e atribui às famílias a responsabilidade por um determinado tipo de leitura” (RAMALHETE, 2020, p. 161), em que assinala uma preocupação do programa ser uma espécie de provisão a movimentos como o *homeschooling* (educação domiciliar) “que rechaçam a relevância histórico-cultural da escola e da mediação docente”.

O documento traz uma apresentação assinada pelo secretário Carlos Francisco de Paula Nadalim, que contextualiza as ações do “Conta pra Mim” como atreladas ao PNA, ressaltando que a finalidade do programa é promover a literacia familiar. Há ainda outro texto de Barbara H. Wasik, professora da Universidade da Carolina do Norte-EUA, em que se reitera a importância de práticas de literacia familiar.

⁶ Materiais disponibilizados na página <http://alfabetizacao.mec.gov.br/contapramim#livros-conta-pra-mim>.

O Guia está dividido em nove tópicos, apresentados no Sumário como: 1) Literacia Familiar; 2) Interação Verbal; 3) Leitura Dialogada; 4) Narração de Histórias; 5) Contato com a escrita; 6) Atividades Diversas; 7) Motivação; 8) Evidências Científicas; 9) Referências.

Tendo em vista as limitações impostas pela natureza deste texto, analisaremos mais detidamente o tópico “Literacia familiar”, o primeiro do guia, no qual está presente a definição de “literacia familiar”, seguida de subitens explicando as práticas de literacia familiar, os motivos de ser importante praticar a literacia familiar e quais os facilitadores da Alfabetização.

O tópico se inicia com a definição de “Literacia familiar”, que segundo o Guia seria “o conjunto de práticas e experiências relacionadas com a linguagem oral, a leitura e a escrita, que as crianças vivenciam com seus pais ou responsáveis”; seria também “se envolver na educação dos filhos, curtindo momentos especiais de afeto, carinho e diversão em família, brincando com livros e palavras”; ou, ainda, “interagir, conversar e ler em voz alta com os filhos. É estimulá-los a desenvolver, por meio de estratégias simples e divertidas, quatro habilidades fundamentais: ouvir, falar, ler e escrever” (BRASIL, 2019b, p. 5).

O tópico destaca que não é preciso um nível maior de escolarização e nem condições materiais específicas para desenvolver a literacia familiar, uma vez que para tanto bastam apenas duas coisas: “você e seu filho!”, interpelando diretamente o leitor, chamando-o à responsabilidade no sentido de se envolver efetivamente na educação dos próprios filhos.

A seguir, são descritas brevemente as quatro práticas de Literacia familiar, a saber: a interação verbal; a leitura dialogada; a narração de histórias; os contatos com a escrita; atividades diversas (jogar, brincar, cantar, tocar instrumentos musicais, interpretar, dançar, viajar...) e motivação (BRASIL, 2019b, p. 14).

No subtópico “Por que praticar a literacia familiar?”, são apresentados ao leitor dados e gráficos referentes a estudos realizados nos Estados Unidos, os quais evidenciam que há um “abismo tanto na qualidade quanto na quantidade das interações verbais entre pais e filhos” (BRASIL, 2019b, p. 15) considerando-se famílias pobres e famílias de classe média alta, gráficos estes que procuram estabelecer relações entre o número de palavras ouvidas por crianças de ambas as classes desde cedo, mostrando a diferença grande que há entre os dois grupos e os impactos severos desse descompasso no desenvolvimento das crianças pobres.

Após tantas demonstrações, vem a constatação de que “quando empregadas por famílias pobres, as práticas de **Literacia Familiar** têm o poder de mudar a realidade apresentada nesses gráficos” e que “a Literacia Familiar é boa para todos! Pode e deve ser praticada por todas as famílias” (BRASIL, 2019b, p. 16).

Como preparação para o desenvolvimento do próximo subtópico, o Guia afirma que “no Brasil, a criança começa a ser formalmente alfabetizada no primeiro ano do ensino fundamental. Porém, antes disso, podem ser desenvolvidas habilidades, atitudes e conhecimentos que facilitarão o processo de alfabetização” e que “As práticas de Literacia Familiar contribuem para o desenvolvimento desses Facilitadores da Alfabetização. Elas são a mola propulsora para aprender a ler, a escrever e a calcular!” (BRASIL, 2019b, p. 17).

O último subtópico constitui-se, como os demais, em uma interrogação: “Quais são os facilitadores da alfabetização?”. Este item, talvez, seja a chave para entender o que o Guia considera como o objetivo maior da chamada **Literacia familiar**: seriam ações desenvolvidas pelos pais, em âmbito familiar, visando uma espécie de alfabetização antecipada da criança, de modo a garantir que ela chegue ao 1º ano do ensino fundamental praticamente sabendo ler e escrever.

O uso (em todo o documento) da interpelação direta ao leitor, através do uso do pronome “você”, indica que a interlocução pretendida é com os pais das crianças brasileiras; todos os pais, especialmente aqueles de classes sociais menos privilegiadas – que segundo o documento se beneficiariam diretamente das ações de literacia familiar. A grande questão que inevitavelmente se

coloca, porém, é: como os pais que, eles próprios, passaram por um processo de escolarização precário, conseguirão lidar com questões tão complexas do campo da Alfabetização, apenas com o as informações breves, diretas e descontextualizadas que o Guia traz? Ao que parece, o Guia não considera relevantes tais considerações, pois na página 13 há a afirmação de que “Literacia Familiar é o reconhecimento de que os pais são os primeiros professores dos filhos” (BRASIL, 2019b).

Para pretensamente resolver este desconhecimento dos pais, em sua maioria leigos em educação, a respeito do processo de ensinar a ler e a escrever, é oferecida uma breve descrição das habilidades, atitudes e conhecimentos que são facilitadores da alfabetização. Aqui, o Guia parece se dar conta das dificuldades a serem enfrentadas pelos pais, fazendo, então, uma ressalva ao leitor: “ainda que sejam muitas as informações, com o passar do tempo, você se familiarizará com os Facilitadores da Alfabetização. Conhecer os Facilitadores da Alfabetização lhe dará mais domínio sobre as práticas de Literacia Familiar. Você se sentirá mais seguro para fazer adaptações e até mesmo para inventar atividades e brincadeiras” (BRASIL, 2019b, p. 19).

Os facilitadores que o guia apresenta são os seguintes: desenvolvimento da linguagem oral; vocabulário; compreensão oral, percepção da ordem temporal dos eventos; compreensão das motivações das personagens; identificação dos elementos narrativos; compreensão da mensagem da história; capacidade de identificar os usos práticos da língua; familiaridade com as estruturas semânticas da língua; familiaridade com as estruturas gramaticais da língua; aquisição de conhecimentos variados sobre o mundo; consciência fonológica e consciência fonêmica; conhecimento alfabético; conhecimentos sobre a escrita; coordenação motora fina; funções executivas (BRASIL, 2019b).

Além desses aspectos facilitadores, o Guia apresenta algumas estratégias a serem desenvolvidas pelos pais ou responsáveis denominadas de: “interação verbal”, “leitura dialogada” e “narração de histórias”. Tais estratégias visam uma orientação procedimental, em que o adulto agiria como um condutor de ações que estimulariam aspecto da linguagem oral e da leitura pela criança.

A “interação verbal” é definida como um “conjunto de estratégias e de atitudes que visam aumentar a quantidade e a qualidade do diálogo entre adultos e crianças” (BRASIL, 2019b, p. 23). Este aumento da “qualidade do diálogo” é descrito no documento como ações em que se introduz palavras novas ampliando o vocabulário da criança, em que se oferece explicações sobre o que se diz ou sobre o que provoca curiosidade, transmitir informações importantes afim de “modelar a fala”, de ensiná-la a se expressar com mais desenvoltura e clareza. As propostas ações na “interação verbal”, segundo o documento, visam uma orientação aos pais de como “identificar, criar e aproveitar oportunidades no dia a dia para iniciar conversas que estimulem o desenvolvimento linguístico de seus filhos” (BRASIL, 2019b, p. 23).

Diante disso, pode-se destacar dois elementos problematizadores: primeiro de que tais prerrogativas são explicitadas de modo bastante generalizado, com expressões e afirmativas que são consensos em todas as áreas do conhecimento e nas ciências da linguagem. Segundo que parte de uma ideia de que as crianças, especificamente brasileiras, parecem não se expressarem com clareza e desenvoltura, por isso a necessidade de orientar pais de como estimular o desenvolvimento da linguagem.

Outra estratégia trata-se da “leitura dialogada” apontada no documento como uma das principais práticas de “Literacia Familiar”, a qual consiste numa conversa entre adultos e crianças antes, durante e depois a realização da leitura em voz alta. A ação central desta estratégia consiste em estabelecer um diálogo com a criança ao se realizar a leitura em voz alta. Frente a esse propósito, o documento traz uma série de aconselhamentos de atitudes ou ações aos pais/responsáveis com a garantia de que “É muito fácil! Basta seguir estas dicas simples, baratas e eficientes!!” (BRASIL, 2019b, p. 38).

Tais dicas estão direcionadas a aspectos de ambientalização: “encontre um local tranquilo e silencioso”, “Acomode-se de maneira que a criança consiga ver o texto e as ilustrações do livro”; de condutas: “não trate a leitura como um castigo”, “sair de casa, leve algo para ler com seus filhos”, “Dê livros de presente”, “prepare em casa um cantinho especial de leitura” (BRASIL, 2019b). Outras orientações dizem respeito ao modo de ler, trata-se de prescrições de ações procedimentais, numa vertente didático-pedagógica: “Antes de começar a leitura, mostre a capa do livro, o título e o nome do autor. Pergunte à criança se ela consegue antecipar o enredo da história”, “Desperte a curiosidade de seu filho pela história, fazendo comentários e perguntas que aumentem o interesse dele”, “Antes da leitura, fale um pouco sobre o tema explorado pelo livro”, “Leia com calma e devagar”; “Procure dar emoção à leitura. Gesticule e capriche nas expressões faciais”, “Ao ler, acompanhe as palavras do texto com o dedo”, “Faça perguntas que levem as crianças a se familiarizar com livros e textos impressos”, “Destaque o som inicial das palavras”, “Faça perguntas sobre os sentimentos das personagens”, “Faça com que a criança se coloque no lugar das personagens da história”, entre outras, (BRASIL, 2019b).

Neste contexto, a problemática se instaura ao observar que as orientações procedimentais demandariam certo estudo das instruções, em relação à realização das atividades de leitura postas no Guia, e exigiria um nível de compreensão leitora por parte dos pais ou responsáveis. Embora os organizadores tenham se esforçado em apresentar uma linguagem menos elaborada estabelecendo diálogos com o leitor, o que está em questão é: até que ponto os pais ou responsáveis que, em maioria, possuem uma formação escolar precária, teriam condições de realizar um estudo do Guia e obter uma compreensão de todas as informações para desenvolverem práticas de leitura dialogada com seus filhos? Ou mesmo, diante de situações de vulnerabilidade, de acesso à internet, da falta de dispositivos móveis ou computadores na residência, seria possível acompanhar os vídeos instrucionais disponíveis no site do programa?

A estratégia “narração e histórias” está definida como “a boa e velha arte de contar histórias em voz alta”, acompanhada de quatro justificativas da importância de se praticar a atividade de narrar histórias com os filhos, pois “proporciona um momento especial que você vivencia com seus filhos”, “transmitem valores importantes para a vida”, “dá asas à imaginação”, “favorece o desenvolvimento de habilidades relacionadas à compreensão oral”. (BRASIL, 2019b).

De forma semelhante à “leitura dialogada”, as orientações descritas no Guia dizem respeito ao modo de narrar, a partir de ações procedimentais, com a diferença de que aparecem acompanhadas de uma afirmação da importância dessa prática e da ênfase à ludicidade – embora essa palavra não apareça descrita no Guia. A prática da narração de história é estimulada com a perspectiva de que “pode ser praticada em qualquer lugar, sem qualquer recurso material. É necessário somente que você e seu filho estejam juntos”. Assim as orientações incentivam a: “contar histórias para as crianças ao acordar, antes de dormir, durante as refeições, no banho, no carro, no ônibus, ao passear pelo bairro”; “criar um ambiente envolvente para uma narração especial de histórias”; criar um momento que seja “prazeroso e divertido tanto para o adulto quanto para a criança”; “avaliar se o conteúdo de uma história é apropriado à idade de seu filho”; deixar que “a criança contar suas próprias histórias”. Para isso, é necessário compreender que: “Antes de contar uma história, é importante estar familiarizado com o enredo, as personagens e os cenários”; “Use vozes diferentes e faça gestos dramáticos”; “podem usar fantasias, máscaras e outros adereços durante a narração de histórias”; “converse com seu filho sobre as histórias narradas; “Pergunte sobre o cenário, as personagens e as tramas do enredo, estimulando-o a refletir sobre a narrativa”; bem como “gravar áudios ou vídeos em que você e seu filho contam histórias, as quais poderão ser apreciadas depois por toda a família”, entre outras ações.

Estes destaques das orientações com base em ações procedimentais também apontam para uma leitura cuidadosa do documento e para uma compreensão das instruções propostas. Além

do que tais orientações apontam para uma técnica de narrar histórias, por isso problematiza-se: se muitos profissionais da educação, com formação especializada, ainda enfrentam desafios de narrar histórias com domínio das ações apontadas pelo documento e buscam o aprimoramento de uma prática de narração envolvente no contexto escolar, como exigir dos pais, muitos em condições sociais e econômicas precárias, que possuem uma formação insuficiente a ponto de ler o Guia ou acessar os vídeos instrucionais, realizem a arte narrativa? Houve consideração deste público específico a quem se destina o “Guia de literacia familiar”?

Considerações finais

Neste texto buscou-se problematizar as orientações de leitura do “Guia de Literacia Familiar” disponibilizado às famílias, pelo site Política Nacional de Alfabetização, do Ministério da Educação, de modo a refletir sobre o que programa compreende por literacia e qual concepção de sujeito leitor e de estratégias de leitura podem ser evidenciadas.

Diante deste propósito destacou-se que o conceito de literacia defendido no documento, bem como as orientações de estratégias de leitura, priorizando a “interação verbal”, a “leitura dialogada” e a “narração de histórias”. A reflexão aponta para conceitos “esvaziados” do sentido que está consagrado na bibliografia consolidada (literacia, letramento, interação verbal, etc.). Ainda que se trate de um documento escrito para leitores que não são da área, observa-se que há superficialidade na apresentação de conceitos, definições e questões muito mais complexas, como a alfabetização. Há uma negação de estudos de pesquisadores nacionais que são referência na área de leitura literária, especificamente, da mediação e leitura para a primeira infância, na área da alfabetização, na área da arte narrativa. As questões de fundamentação teórica ancoram-se em duas especialistas estrangeiras, uma americana e uma suíça. Que conhecimento elas teriam a respeito de nossa realidade? Onde estão os teóricos nacionais, de universidades públicas e privadas? Por que não foram ouvidos? A única pesquisadora brasileira (da PUC Rio Grande do Sul) é Fonoaudióloga e estudiosa de questões da neurolinguística – onde estão as pessoas da área da literatura e da alfabetização?

Além do documento apresentar grande confusão entre leitura literária e alfabetização na primeira infância, a concepção de Literatura aparece apenas como pretexto para se alfabetizar crianças em ambientes não escolares, de ensinar valores morais, etc. O Guia traz como centralidade orientações direcionadas aos pais e responsáveis, os quais seriam os primeiros professores dos filhos (estaria educação escolar colocada em 2º plano?). Ler para os filhos desenvolveria habilidades cognitivas que, a longo prazo, diminuiriam as desigualdades sociais? Os pais seriam os responsáveis pelo sucesso ou pelo fracasso escolar de seus filhos? Se as orientações para a realização das atividades de leitura disponíveis no Guia são de ordem procedimental, o que demandaria estudo e exigiria um nível de compreensão leitora por parte dos pais ou responsáveis, até que ponto os pais ou responsáveis, que possuem, em sua maioria, uma formação escolar precária, teriam condições de realizar um estudo do Guia e de uma compreensão das informações para desenvolverem práticas de “interação verbal”, de “leitura dialogada” e de “narração de histórias” com seus filhos?

Descrito a partir de uma visão idealizada do que seria a “família”, ignorando a diversidade e questões ligadas à precariedade de moradias e condições socioeconômica, o “Guia de Literacia Familiar” traz a ideia de que todos os pais soubessem e pudessem sentar-se com os filhos, todos os dias, para ler e contar histórias. Aliás, ler onde? Sob quais condições? Em que suportes?

Neste sentido, o documento “Guia de Literacia Familiar” envolve questões complexas, sem os devidos respaldos teórico-metodológicos, demonstrando uma implementação de uma política pública emergencial, com enfoque mais na visibilidade de um plano de ação governamental, sem

sustentação em bases teóricas concisas na área da leitura, da alfabetização e letramento, sem descrição ou delineamento da operacionalização de ações, sem menção dos modos de disponibilização de materiais impressos ou de como se efetivará o incentivo formativo às famílias, além de vídeos e do guia disponíveis de forma digital, desconsiderando as reais condições sociais e econômicas do público a que se destina, tais ações se mostram ofuscadas, negligenciadas e silenciadas, instaurando, com isso, outras tantas vertentes problemáticas.

Referências

BRANCO, António. Da “leitura literária escolar” à “leitura escolar de/da literatura”: poder e participação. In: PAIVA, A.; MARTINS, A.; PAULINO, G.; VERSIANI, Z. (Org.). *Leituras literárias: discursos transitivos*. Belo Horizonte: Autentica; Ceale, 2014. p. 85-110.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Base nacional comum curricular*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>. Acesso em: 06 nov. 2019.

BRASIL. MEC. Secretaria de Alfabetização. *PNA: Política Nacional de Alfabetização*. Brasília: MEC, SEALF, 2019a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. *Conta pra mim: guia de literacia familiar*. Brasília: MEC; SEALF, 2019b.

BRASIL. *Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019*. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Brasília: MEC, 2019c. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137476/do1e-2019-04-11-decreto-n-9-765-de-11-de-abril-de-2019-71137431. Acesso em: 23 dez. 2021.

BRASIL. *Portaria 421 de 23 de abril de 2020*. Institui o Conta pra Mim, programa de literacia familiar do Governo Federal. Brasília: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-421-de-23-de-abril-de-2020-253758595>. Acesso em: 2 jun. 2021.

BUNZEN, Clécio. Um breve decálogo sobre o conceito de ‘literacia’ na política nacional de alfabetização (PNA, 2019). *Revista Brasileira de Alfabetização – ABAlf*, Belo Horizonte, v. 1, n. 10 (edição especial), p. 15-25, jul./dez. 2019.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Um paradigma científico e evidências a ele relacionadas resolveriam os problemas da alfabetização brasileira? *Revista Brasileira de Alfabetização – ABAlf*, Belo Horizonte v. 1, n. 10 (edição especial), p. 15-25, jul./dez. 2019.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; MONTEIRO, Sara Mourão. Política nacional em foco: olhares de pesquisadores e professores. *Revista Brasileira de Alfabetização – ABAlf*, Belo Horizonte, v. 1, n. 10 (edição especial), p. 15-25, jul./dez. 2019.

MICARELLO, Hilda. Alfabetização e evidências. *Revista Brasileira de Alfabetização – ABAlf*, Belo Horizonte, v. 1, n. 10 (edição especial), p. 15-25, jul./dez. 2019.

MORAIS, Artur. Análise crítica da PNA (política nacional de alfabetização) imposta pelo MEC através de decreto em 2019. *Revista Brasileira de Alfabetização – ABAIf*, Belo Horizonte, v. 1, n. 10 (edição especial), p. 15-25, jul./dez. 2019.

MORTATTI, Maria do Rosario Longo. Brasil, 2091: notas sobre a “política nacional de alfabetização”. *Revista OLHARES*, Guarulhos, v. 7, n. 3, nov. 2019.

PINTO, Maria da Graça Castro. Da literacia ou da narrativa sempre *imperfeita* de outra identidade pessoal. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, v. 15, n. 2, p. 95-123, 2002.

RAMALHETE, Mariana Passos. O retrocesso empurra a porta: a literatura infantil e o programa conta pra mim. *Revista Caderno de Letras*, Pelotas, n. 38, p. 151-167, set./dez. 2020. Disponível em: https://literuraeeducacao.ufes.br/sites/grupoliteruraeeducacao.ufes.br/files/field/anexo/o_retrocesso_empurra_a_porta_-_literatura_infantil_e_o_programa_conta_pra_mim_-_ramalhete_2020.pdf. Acesso em: 2 jun. 2021.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

VALENTE, Rubens. Conta outra. *Folha de São Paulo*. Quatro Cinco Um: a revista dos livros., 19 de setembro de 2020, [n. p.]. Disponível em: <https://quatrocincoum.folha.uol.com.br/br/noticias/politicas-do-livro/conta-outra>. Acesso em: 2 jun. 2021.

Sobre as autoras

Ilsa do Carmo Vieira Goulart. Doutora em Educação pela FE-UNICAMP. Professora do Departamento de Educação e do Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Lavras. Coordenadora do Núcleo de Estudos em Linguagens, Leitura e Escrita (NELLE).
E-mail: ilsa.goulart@ufla.br.

Maria das Dores Soares Maziero. Doutora em Educação FE-UNICAMP. Professora do Curso de Pedagogia da UNIFACP – Centro Universitário de Paulínia – e pesquisadora do grupo ALLE/AULA – FE/Unicamp.
E-mail: s.maziero@uol.com.br.

Giovanna Rodrigues Cabral. Doutora em Educação PUC-Rio. Professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da UFLA. Coordenadora Adjunta do Núcleo de Estudos em Linguagens, Leitura e Escrita (NELLE).
E-mail: giovanna.cabral@ufla.br.